



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.		UF: SP
ASSUNTO: Recredenciamento da Faculdade Estácio do Pará – Estácio FAP, com sede no município de Belém, no estado do Pará.		
RELATORA: Luciane Bisognin Ceretta		
e-MEC Nº: 202021523		
PARECER CNE/CES Nº: 31/2025	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 28/1/2025

I – RELATÓRIO

Histórico

Trata-se de processo de recredenciamento da Faculdade Estácio do Pará – Estácio FAP, com sede no município de Belém, no estado do Pará, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo.

O processo foi instruído com análise documental e avaliação *in loco* realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep entre os dias 31 de maio e 2 de junho de 2023, tendo obtido Conceito Institucional – CI cinco. Em seguida, houve emissão de Parecer Final favorável da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES do Ministério da Educação – MEC. Neste momento, passa-se à análise por este Conselho Nacional de Educação – CNE.

Para facilitar a conclusão, em face dos resultados da avaliação e encaminhamento do Parecer Final, transcreve-se a seguir, *ipsis litteris*, os dados mais relevantes da avaliação com as respectivas considerações da SERES:

[...]

6. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

O Processo de recredenciamento foi submetido às análises técnicas dos documentos apresentados: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Regimento, documentos fiscais, parafiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora, concluindo-se pelo atendimento “SATISFATÓRIO” exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de Despacho Saneador, conforme o Decreto nº 9.235/2017 e a Portaria Normativa MEC nº 23/2017.

A avaliação in loco, de código nº 164885, realizada no período de 31/05/2023 a 02/06/2023, resultou nos conceitos apresentados no quadro abaixo:

<i>Dimensões/Eixos</i>	<i>Conceitos</i>
<i>Dimensão 1 - Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional</i>	<i>5,00</i>
<i>Dimensão 2 - Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional</i>	<i>5,00</i>
<i>Dimensão 3 - Eixo 3 – Políticas Acadêmicas</i>	<i>4,64</i>
<i>Dimensão 4 - Eixo 4 – Políticas de Gestão</i>	<i>5,00</i>
<i>Dimensão 5 - Eixo 5 – Infraestrutura</i>	<i>4,88</i>
<i>Conceito Final Contínuo</i>	<i>4,93</i>
<i>CONCEITO FINAL FAIXA:</i>	<i>5</i>

A IES e a Secretaria não impugnaram o Relatório de Avaliação.

As sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação in loco para corroborar a atribuição dos conceitos poderão ser consultadas no processo e-MEC em análise.

7. CONSIDERAÇÕES DA SERES

A Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, estabelece os procedimentos e o padrão decisório a ser observado pela SERES na análise dos processos regulatórios.

O art. 3º da referida PN nº 20/2017 estabelece os critérios utilizados por esta SERES para analisar e decidir os processos de credenciamento em sede de Parecer Final, in verbis:

Art. 3º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

I - CI igual ou maior que três;

II - conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI;

III - plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes;

IV - atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e

V - certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a

2,8 em um eixo, desde que os demais eixos e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.

Por sua vez, o art. 6º da PN nº 20/2017 institui quais indicadores com conceito insatisfatório ensejam protocolo de compromisso:

Art. 6º No pedido de credenciamento será instaurado protocolo de compromisso, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria, caso os seguintes indicadores obtenham conceito insatisfatório igual ou menor que 2 (dois):

I. PDI e políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e à responsabilidade social;

II. PDI e política institucional para a modalidade EaD, quando for o caso;

III política de atendimento aos discentes;

IV processos de gestão institucional;

V salas de aula;

VI estrutura de polos EaD, quando for o caso;

VII infraestrutura tecnológica;

VIII infraestrutura de execução e suporte;

IX recursos de tecnologias de informação e comunicação;

X AVA, quando for o caso;

XI laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física;

XII bibliotecas: infraestrutura.

§ 1º O descumprimento dos percentuais mínimos de titulação do corpo docente, bem como os demais requisitos obrigatórios definidos para cada organização acadêmica, também ensejará a instauração de protocolo de compromisso.

§ 2º Na vigência do protocolo de compromisso, poderá ser aplicada medida cautelar, nos termos do art. 54 do Decreto nº 9.235, de 2017.

As informações a seguir sintetizam a análise do atendimento dos requisitos da PN nº 20/2017 pela IES:

Requisitos – PN nº 20/2017		
Art. 3º. Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios	Sim	Não
I. CI igual ou maior que três; Justificativa: A IES obteve conceito "5" na avaliação in loco.	X	

II. conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI; <u>Justificativa: A IES obteve conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação in loco.</u>	X	
III. plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes; <u>Justificativa: A IES anexou no sistema e-MEC, o Plano de Acessibilidade assinado por Adriana Moreira - Arquiteta Urbanista - CAU nº 142903-5 - Especialista em Cidades e Edifícios Sustentáveis.</u>	X	
IV. atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e <u>Justificativa: Em resposta a diligência instaurada, a IES anexou no sistema e-MEC o Plano de Fuga, em caso de incêndio, juntamente com o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB nº 382170, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do estado do Pará, com validade até 27/03/2025.</u>	X	
V. certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. <u>Justificativa:</u> Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – Válida até 26/02/2025. Certificado de Regularidade do FGTS – Validade: 12/09/2024 a 11/10/2024.	X	

Requisitos – PN nº 20/2017	Sim	Não	Não se aplica
Art. 6º. No pedido de credenciamento será instaurado protocolo de compromisso, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria, caso os seguintes indicadores obtenham conceito insatisfatório igual ou menor que 2 (dois):			
I. PDI e políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e à responsabilidade social; <u>Justificativa: Este indicador recebeu conceito “5”.</u>	X		
II. PDI e política institucional para a modalidade EaD, quando for o caso; <u>Justificativa: Este indicador recebeu conceito “5”.</u>	X		
III. política de atendimento aos discentes; <u>Justificativa: Este indicador recebeu conceito “5”.</u>	X		
IV. processos de gestão institucional; <u>Justificativa: Este indicador recebeu conceito “5”.</u>	X		
V. salas de aula; <u>Justificativa: Este indicador recebeu conceito “4”.</u>	X		
VI. estrutura de polos EaD, quando for o caso; <u>Justificativa: Não se Aplica</u>			X
VII. infraestrutura tecnológica; <u>Justificativa: Este indicador recebeu conceito “5”.</u>	X		
VIII. infraestrutura de execução e suporte; <u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</u>	X		
IX. recursos de tecnologias de informação e comunicação; <u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</u>	X		
X. AVA, quando for o caso; <u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</u>	X		
XI. laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; <u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</u>	X		
XII bibliotecas: infraestrutura; <u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</u>	X		

No processo em análise, constata-se que a instituição atende a todos os requisitos acima registrados. Os conceitos alcançados nos Eixos avaliados evidenciam que a FACULDADE ESTÁCIO DO PARÁ - ESTÁCIO FAP - (Cód. 2036)

se encontra em boas condições para ser recredenciada, as informações relatadas pela Comissão de Avaliação na Análise Qualitativa, sobre cada Eixo do relatório de visita, confirmam que a Instituição vem mantendo a qualidade no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas:

Eixo 1: O RI apresenta análise consubstancial do processo evolutivo da IES, destacando o histórico e potencialidades econômicas da região de inserção, bem como, destaca as medidas implementadas pela IES a partir dos processos avaliativos. Os resultados da autoavaliação são utilizados como metas para a tomada de decisão da gestão e contribuem para o desenvolvimento da IES. O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada, incluindo todos os segmentos da comunidade acadêmica. Também foi encontrada abrangência de instrumentos de coleta e índice crescente de participação nos instrumentos de avaliação. Os resultados das avaliações externas são apresentados a comunidade acadêmica, que por sua vez, se apropriam dos resultados. Os relatórios da CPA são descritivos e possuem relação entre si.

Eixo 2: O Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Estácio do Pará discorre de forma muito criteriosa sobre os princípios e diretrizes que fundamentam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, atendendo a missão, objetivos, metas e valores institucionais que desmembra-se em ações institucionais internas, transversalmente em todos os cursos ofertados pela IES, consolidando seus resultados com ações externa realizadas por meio de Projetos de Responsabilidade Social com o compromisso frente ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, local e regional com sólida formação humanística e técnico-científico.

Eixo 3: As ações acadêmico administrativas para ao ensino da graduação estão alinhadas e são ofertados cursos de nivelamento, monitoria e mobilidade acadêmica. Os cursos Lato Sensu ofertados estão alinhados com o perfil da IES e são oferecidos de acordo com a demanda da região, sendo formado por 89% de mestres e doutores. A IES possui evidências dos resultados de ações para a pesquisa, IC e desenvolvimento artístico-cultural, além da oferta programas de extensão para a comunidade externa. Também disponibiliza programas de financiamento estudantil para discentes e técnicos, além de incentivar a capacitação docente e estimular a difusão para a produção acadêmica. Entretanto, não foram encontradas revistas com publicação acadêmico-científica organizadas pela FAP com indexação no Qualis. Além da ouvidoria, as vias de comunicação da IES com a comunidade interna e externa garantem a transparência institucional, pois, foram encontradas evidências da publicação de documentos institucionais relevantes da FAP. A IES possui o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico com ações exitosas em relação a permanência na IES. Como não foram apresentadas evidências de apoio à produção acadêmica discente, não foi possível comprovar se as políticas e ações são realmente efetivas.

Eixo 4: O Corpo do docente da Faculdade Estácio do Pará é composto por 82 docentes, com a seguinte titulação: 20 doutores, 53 mestres e 9 especialistas, perfazendo 89,02% de mestres e doutores. Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a

participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada. A política de capacitação e formação continuada para docentes e tutores garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas. Para os técnico-administrativos considera o mesmo programa, exceto a qualificação acadêmica que alcança somente a graduação e pós-graduação lato sensu. Os indicadores econômico-financeiros expressam sólida sustentabilidade financeira.

Eixo 5: A Faculdade Estácio do Pará apresenta uma infraestrutura que atende as necessidades institucionais, pois possui condições de atender a todos com espaços climatizados, com excelente acústica, iluminação, ventilação e mobiliário confortável e adequado ao desenvolvimento das atividades realizadas na IES e nos setores que neles exercem suas funções e à toda a comunidade escolar. Os espaços para o atendimento aos discentes são satisfatórios em vários itens, inclusive no que se refere à acessibilidade para quem necessita de atendimentos especializados. Os laboratórios e as instalações administrativas estão bem mobiliados, equipados, iluminados, climatizados. Há uma política de expansão e atualização dos equipamentos. Os recursos e metodologias são adequados para o ensino-aprendizagem, assim como os recursos tecnológicos, suporte, AVA, estrutura de apoio, informática atendem às necessidades institucionais que a FAP oferece. A IES em seus espaços físicos busca criar mecanismos que auxiliam na elaboração e efetividade de metodologias diversificadas. Como mencionado, a Faculdade Estácio do Pará assegura aos alunos com deficiência condições básicas de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações, livre circulação aos espaços para atendimento, rampas, elevadores, portas e banheiros adaptados, placas em Braille, pista tátil, dentre outros, observando a Norma Brasil Nº 9.050, da ABNT.

Considerando a Portaria Normativa nº 1/2017, que estabelece os prazos dos atos regulatórios institucionais, o prazo de validade do Ato de credenciamento para a Instituição em epígrafe será de 05 (cinco) anos, de acordo com Conceito Institucional da IES obtido no presente processo.

Destarte, considerando que o processo se encontra em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235/2017, bem como com as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas no DOU de 03 de setembro de 2018, consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 3 da Portaria Normativa nº 20, de 2017.

8. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer FAVORÁVEL ao credenciamento da FACULDADE ESTÁCIO DO PARÁ - ESTÁCIO FAP - (Cód. 2036), instalada à Rua Municipalidade, nº 839, bairro Reduto, no município de Belém, estado do Pará, mantida pela IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA. (Cód. 545), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Após o Parecer Final favorável da SERES, o processo foi distribuído a esta Conselheira para relatoria.

Considerações da Relatora

O presente processo tem o objetivo de credenciamento da Faculdade Estácio do Pará – Estácio FAP. Os relatórios apresentados se mostram coerentes e bem fundamentados do ponto de vista técnico e legal.

Observa-se no relatório de avaliação *in loco* apresentado pela comissão designada pelo Inep que os eixos foram bem avaliados, sendo atribuído CI cinco à IES, conceito que, cumulativamente com os demais critérios dispostos na Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, é satisfatório para o credenciamento da IES.

Em face do exposto, encaminho à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE o voto abaixo exarado.

II – VOTO DA RELATORA

Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Estácio do Pará – Estácio FAP, com sede na Rua Municipalidade, nº 839, bairro Reduto, no município de Belém, no estado do Pará, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de cinco anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2025.

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da Relatora.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente